

de Andrade Franco, José Luiz; Drummond, José Augusto
Armando Magalhães Corrêa: gente e natureza de um sertão quase metropolitano
História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 12, núm. 3, septiembre-diciembre, 2005, pp.
1033-1059
Fundação Oswaldo Cruz
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386137986028>



NOTA DE PESQUISA

Armando Magalhães Corrêa: gente e natureza de um sertão quase metropolitano

Armando Magalhães Corrêa: people and nature in an almost metropolitan sertão

FRANCO, J. L. de A.; DRUMMOND, J. A.: Armando Magalhães Corrêa: gente e natureza de um sertão quase metropolitano. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 3, p. 1033-59, set.-dez. 2005.

O texto examina o pensamento social e ambiental de Armando Magalhães Corrêa (1889-1944), conforme expresso no livro *O sertão carioca* (1936). Mostra-se que ele fez parte de uma geração de conservacionistas pioneiros do Brasil, a qual, ao contrário do que geralmente se pensa, soube integrar as dimensões social e natural, aproximando a necessidade de defender a natureza do imperativo de melhorar as condições de vida dos habitantes do interior brasileiro. Ao focalizar as populações do entorno rural da cidade do Rio de Janeiro por volta de 1930, o autor capta num microcosmo as distâncias sociais e culturais entre urbanos e sertanejos brasileiros. Descreve com acuidade o meio natural de uma área em grande parte urbanizada que vai da baixada de Jacarepaguá à Pedra de Guaratiba. Trata das atividades produtivas dos seus habitantes e faz sugestões políticas conservacionistas que vieram a influenciar as políticas governamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro; conservacionismo; Museu Nacional do Rio de Janeiro; recursos naturais; populações rurais; expansão urbana.

FRANCO, J. L. de A.; DRUMMOND, J. A.: Armando Magalhães Corrêa: people and nature in an almost metropolitan sertão. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 3, p. 1033-59, Sept.-Dec. 2005.

*The article examines the social and environmental thought of Armando Magalhães Corrêa (1889-1944) as expressed in his book *O sertão carioca* (1936). He was part of a generation of pioneer conservationists in Brazil who—contrary to what is generally believed—were able to bring the social and natural dimensions together, blending the need to defend nature with the imperative of improving the living conditions for people in Brazil's interior. Focusing on people residing in the rural outskirts of Rio de Janeiro city around 1930, Corrêa captures a microcosm that illustrates the social and cultural distances separating Brazilian urbanites and sertão dwellers. He provides clear descriptions of the natural world within a largely urbanized area that stretches from the Jacarepaguá lowlands to Pedra de Guaratiba. He explores the productive activities of the region's inhabitants and makes conservationist suggestions that were to influence governmental policy.*

KEYWORDS: Rio de Janeiro; conservationism; Rio de Janeiro Natural Museum; natural resources; rural populations; urban expansion.

José Luiz de Andrade Franco

Pesquisador do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília
SQN 304, Bloco D, apt 507
70736-040 Brasília – DF – Brasil
jlafranco@aol.com

José Augusto Drummond

Pesquisador do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília
SQN 304, Bloco D, apt 507
70736-040 Brasília – DF – Brasil
jaldrummond@uol.com.br

Introdução e objetivo

O ambiente político-intelectual brasileiro nas décadas de 1930 e 1940 definia-se por um intenso nacionalismo, aliado ao desejo de modernização da sociedade e das instituições do Estado. Diversos temas foram objeto de debate e de reformas políticas nesse período: o trabalho, a indústria, a educação, a saúde, o arcabouço jurídico-institucional, as manifestações culturais, o patrimônio histórico, e a proteção à natureza. Setores significativos da sociedade mobilizaram-se em torno de cada uma dessas questões.

No caso da proteção à natureza, houve nesse período um 'grupo de interesse' razoavelmente bem organizado, constituído em sua maioria por cientistas, intelectuais e funcionários públicos, que pretendeu fazer que o Estado implementasse políticas relacionadas à conservação do patrimônio natural brasileiro. A maneira como esse grupo se inseriu no contexto político-intelectual da época e o seu relativo sucesso estiveram associados ao fato de terem conectado as suas preocupações sobre a proteção da natureza com a questão da identidade nacional.¹ Isso representava um empenho no sentido de articular propostas específicas relacionadas ao conceito de proteção à natureza com um projeto político mais amplo, de cunho nacionalista. O objetivo principal deste texto é narrar e avaliar a relevância contemporânea e atual de uma contribuição literária exemplar da produção desse grupo, o livro *O sertão carioca*, de Armando Magalhães Corrêa (1936). Além de uma descrição e de uma análise de trechos representativos do livro, o Anexo iconográfico reúne uma amostra das excelentes gravuras de bico de pena com que Corrêa ilustrou o seu texto.

¹Data desta época a edição da primeira geração de leis brasileiras relacionadas ao problema da proteção da natureza. Entre elas se incluem o Código Florestal, o Código de Caça e Pesca, o Código de Águas, o Código de Minas, e o Código de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas, instituídos entre maio de 1933 e outubro de 1934. Além disso, a própria Constituição de 1934 encarregava os governos central e estaduais de proteger as "belezas naturais" e "monumentos de valor histórico ou artístico". Pouco depois foram criados os primeiros parques nacionais brasileiros: Itatiaia, em 1937, e Serra dos Órgãos e Iguacu, ambos em 1939. A respeito de algumas dessas leis, ver Drummond, 1998-1999).

O Contexto

O esforço de elaboração intelectual desenvolvido por esse grupo se fundamentava na apropriação de tradições de pensamento que combinavam um conhecimento científico do mundo natural e a noção de que esse mundo devia ser conservado por motivos econômicos e estéticos (a respeito do desenvolvimento do conhecimento científico sobre o mundo natural e o surgimento de uma preocupação com a sua conservação, ver Thomas, 1996; McCormick, 1992; Worster, 1994; Nash, 1982; Nash, 1989; Pádua, 2002; Acot, 1990; e Alphandéry, Bitoun & Dupont, 1992).

No Brasil, esse tipo de perspectiva formou-se, sobretudo, no interior de certas instituições devotadas à ciência. A principal delas foi o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Ao realizar pesquisas nos campos da história natural, da biologia e da antropologia, os cientistas e professores dessa instituição logo despertaram para o problema da destruição do patrimônio natural pelas ações humanas.

Vários deles se dedicaram ao ativismo e à formulação de um pensamento focalizados na proteção da natureza. Entre eles podemos citar Cândido de Mello Leitão, Paulo Roquette-Pinto, Bertha Lutz, Heloísa Alberto Torres, Armando Magalhães Corrêa e Alberto José Sampaio. Frederico Carlos Hoehne, que teve em São Paulo atuação destacada em favor da proteção da natureza, também começou a sua carreira como botânico e taxonomista no Museu (Franco, 2002; Engemann et al., no prelo).

Esses intelectuais desempenharam, também, um papel importante junto a grupos cívicos que se organizaram em torno da questão da proteção à natureza. Destacavam-se associações como o Centro Excursionista Brasileiro, cujos guias foram credenciados como guardas florestais; a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que tinha a bióloga Bertha Lutz como uma de suas líderes; a Sociedade de Amigos de Alberto Torres (Armando Magalhães Corrêa foi um de seus fundadores); a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro; a Sociedade de Amigos das Árvores (fundada, em 1931, por Alberto José Sampaio) e a Sociedade dos Amigos do Museu Nacional (constituída por funcionários do Museu Nacional). Em São Paulo, Frederico Carlos Hoehne organizou a Sociedade de Amigos da Flora Brasílica, que incluía em seu quadro de sócios fundadores, além de cientistas e funcionários públicos, horticultores e fazendeiros inovadores (Dean, 1996).

Alguns dos cientistas citados destacaram-se não só pela sua militância em favor da proteção à natureza, mas também pelo fato de terem escrito textos que visavam discutir teoricamente o assunto e propor programas de atuação efetiva (os dados biográficos usados a seguir vêm de Franco, 2002). Alberto José Sampaio (1881-1946) entrou para o quadro de professores do Museu Nacional em 1912. Estudioso das Orquidáceas, Filicíneas e Bignoniáceas, foi um dos mais importantes botânicos brasileiros de sua época e um dos principais incentivadores da proteção à natureza no Brasil: com apoio do Museu Nacional e da Sociedade dos Amigos das Árvores, organizou a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, realizada no Rio em 1934, da qual foi também o relator; ministrou incansavelmente palestras e escreveu sobre a questão da conservação da natureza, procurando articular o seu vasto conhecimento no campo da biologia com o projeto de nacionalidade proposto por Alberto Torres (ver Sampaio, 1934; 1935; 1926).

Cândido Firmino de Mello Leitão (1886-1948), também professor do Museu Nacional, era zoólogo de destaque, tendo ocupado a presidência da Academia Brasileira de Ciências em 1943-1945. Especialista em aracnídeos, interessou-se também pela distribuição geográfica dos animais, pela conformação de seus *habitats* e por suas formas de comportamento. Dotado de extensa erudição, defendeu em muitos de seus escritos a conservação da natureza, especial-

mente no interesse do desenvolvimento da ciência (ver Leitão, 1947; Leitão, 1940; Leitão, 1935).

Frederico Carlos Hoehne (1882-1959) atuou sobretudo em São Paulo, onde trabalhou desde 1917. Primeiramente, ligou-se a uma Seção de Botânica que migrou por diversas repartições públicas. Em 1942 fundou o Instituto de Botânica e o Jardim Botânico do Estado, os quais dirigiu até 1950. Administrhou, também, a Reserva Biológica do Alto da Serra de Cubatão e organizou campanhas, entre 1924 e 1926, pela preservação das florestas do Jabaquara e do Morro do Jaraguá. A sua formação, no entanto, se deu no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, instituição onde iniciou, em 1907, como jardineiro-chefe, a sua carreira de funcionário público, e onde aprendeu os segredos da história natural, sobretudo da botânica, com Alberto José Sampaio. Durante a sua vida profissional, viajou por grande parte do Brasil, tornando-se um profundo conhecedor da biogeografia do país. Escreveu sobre as possibilidades de aproveitar, sem comprometer, os recursos naturais nas diversas regiões, e sobre locais em que poderiam ser criadas reservas de proteção da fauna e da flora (Hoehne, 1937; 1930a; 1936; 1930b; 1949; 1943-1951).

O presente artigo analisa *O sertão carioca*, livro de autoria de Armando Magalhães Corrêa (1889-1944) publicado pela Imprensa Nacional, em 1936. Ele caracteriza bem o tipo de pensamento produzido na década de 1930 sobre a proteção da natureza no Brasil. O foco na obra de Corrêa justifica-se também pela pouco conhecida influência que ele exerceu sobre uma geração mais nova de cientistas, que desempenhou um papel importante para o surgimento do ambientalismo brasileiro principalmente nas décadas de 1970 e 1980, entre os quais podemos mencionar Alceo Magnanini, Adelmar Coimbra Filho, Harold Edgard Strang, Luiz Emygdio de Mello Filho, José Cândido de Melo Carvalho, Wanderbilt Duarte de Barros e Augusto Ruschi (sobre essa geração mais nova de conservacionistas brasileiros, ver Urban, 1998; Medeiros, 1995).

O sertão carioca – anotações de um visitante contumaz ao sertão metropolitano

O carioca Armando Magalhães Corrêa (Rio de Janeiro, 1889-1944) foi escultor, desenhista, professor e escritor. Iniciou os seus estudos de nível superior na Escola Militar de Realengo, transferindo-se mais tarde para a antiga Escola Nacional de Belas-Artes, onde fez o curso de escultura e foi discípulo de Rodolfo Bernardelli. Durante o curso, ganhou um prêmio de viagem de estudos ao estrangeiro, em 1912, e fez um curso de aperfeiçoamento em Paris. Participava regularmente de mostras artísticas, como escultor, inclusive o Salão Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro, tendo

obtido várias premiações entre 1910 e 1930. Deu aulas de modelagem e de arte decorativa na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, da qual foi um dos fundadores. Existem esculturas de sua autoria expostas nos prédios da antiga Câmara dos Deputados e da Escola Nacional de Belas Artes (ambos no Rio).

Colaborou assiduamente no importante jornal carioca *Correio da Manhã*, escrevendo e ilustrando, com desenhos a bico-de-pena, estudos do passado e do presente da cidade do Rio de Janeiro, inclusive as matérias que deram origem ao livro *O sertão carioca*. Outras séries de textos publicados no mesmo jornal tiveram os títulos de "Terra Carioca" e "Ilhas da Guanabara". Corrêa escreveu pelo menos mais um livro sobre aspectos históricos da cidade do Rio de Janeiro, focalizando os chafarizes da cidade, aproveitando artigos da série "Terra Carioca" (Corrêa, 1939. Os dados biográficos foram retirados de Sarmento, 1998; Cavalcanti, 1973; Engemann et al., no prelo).

Segundo Sarmento (1998), Corrêa era também um naturalista autodidata. Foi nessa condição que trabalhou por muitos anos como conservador na Seção de História Natural do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Aprendeu, também por conta própria, a desenhar plantas e animais, habilidade muito valorizada pelos estudiosos da botânica e da zoologia do seu tempo, quando eram limitadas as possibilidades de registro fotográfico de espécimes raros e paisagens agrestes. Os seus conhecimentos de história natural e a sua capacidade de produzir imagens sobre a natureza o transformaram em professor do Museu Nacional e da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro.

Após muitas excursões de campo a Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Guaratiba, e às encostas do maciço da Pedra Branca, acabou comprando um sítio em Jacarepaguá, onde fixou residência. Com base nesse sítio, passava fins de semana e períodos mais prolongados caminhando extensamente e fazendo anotações sobre os aspectos naturais e humanos daqueles locais então ainda ermos da periferia da grande *urbe* carioca.

Como já destacado, Corrêa exercia, também, atividade jornalística. *O sertão carioca* nasceu de uma série de artigos publicados no jornal carioca *O Correio da Manhã*, nos anos de 1931 e 1932. Ramiz Galvão, diretor da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), pouco depois disso, incentivado por Ricardo Palma e por Roquette-Pinto, fez que a série de reportagens fosse coligida e editada na forma de livro,² baseado, quase todo, em informações primárias recolhidas no trabalho de campo do próprio autor, na forma de extensas e assíduas caminhadas por trilhas, estradas, fazendas, areais, praias, lagoas, aquedutos, barragens e pontes. Corrêa, ao longo de vários anos, fez anotações, conversou com moradores e compôs excelentes gravuras (ver o Anexo Iconográfico a este artigo),

² Consta que *O Sertão Carioca* foi publicado como o volume 167, do ano de 1933, da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. No entanto, este número do periódico só foi impresso pela Imprensa Nacional em 1936, portanto, com um atraso de três anos.

³ Engemann et alli (no prelo) sugerem a possibilidade de este livro de Armando Magalhães Corrêa ter inspirado a concepção de um livro mais famoso – e também de difícil acesso – intitulado *Tipos e Aspectos do Brasil*, publicado originalmente pelo IBGE em 1939. Este livro é caracterizado por textos descriptivos da natureza e dos habitantes de muitas paisagens naturais brasileiras, acompanhados de excelentes ilustrações de Percy Lau.

ilustrando as paisagens, os objetos, as casas e os tipos humanos que encontrava.³

O objetivo do texto era, por meio do estudo de uma região vizinha à cidade do Rio de Janeiro, que compreendia os maciços da Tijuca e da Pedra Branca e a baixada de Jacarepaguá, chamar a atenção para o que Corrêa julgava ser o principal problema enfrentado pelo país, ou seja, o da falta de assistência, por parte dos poderes públicos, às gentes e às terras do sertão. Queria destacar que os problemas dos sertanejos e dos sertões não ocorriam apenas em lugares ermos e distantes da capital federal. Começavam a poucas dezenas de quilômetros do seu centro asfaltado e agitado. Assim:

O problema fundamental no Brasil é o de uma sadia brasiliade, a começar pelo reflorestamento, a conservação dos mananciais, para garantia de nossa fauna, e assim possa haver meios de subsistência aos seus habitantes. Particularizando o sertão carioca, o fiz como exemplo dessa calamidade que abrange todo o território brasileiro. (Corrêa, 1936, p. 237)

Corrêa queria mostrar que nas vizinhanças da própria capital federal existia uma realidade pouco conhecida daqueles que viviam em meio aos confortos do mundo urbano. Essa realidade ‘sertaneja’ representava para ele, no entanto, a condição da maior parcela da sociedade brasileira. O próprio título do livro incluía a expressão ‘sertão carioca’ que, embora constasse de mapas e outros documentos antigos e da época, buscava causar no leitor um efeito desconcertante, ao combinar duas palavras como que opostas. A palavra ‘sertão’ – designação genérica dada até hoje pelos brasileiros citadinos aos lugares ermos, ignotos e inóspitos do vasto interior brasileiro – era justaposta a ‘carioca’ – gentílico reservado aos urbaníssimos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, metrópole cosmopolita que fora capital colonial e imperial e ainda era a capital republicana e a maior cidade do país.

Corrêa descreve, com base em conhecimento de primeira mão e com forte carga empática, o ambiente e a faina diária dos habitantes desse insuspeitado sertão carioca. Eram tipos humanos os mais variados, muito diferentes das pessoas encontradas nos subúrbios e bairros mais centrais do Rio – pescadores, caçadores, machadeiros, carvoeiros, esteireiras, cesteiros, tamanqueiros, cabeiros, oleiros, bananeiros, manobreiros de represas, e uma miríade de vendedores ambulantes que percorriam a área rural, os subúrbios e a área urbana, abastecendo a grande cidade com um grande repertório do que poderíamos chamar, com liberdade poética, de ‘drogas do sertão’ (expressão muito usada para designar os produtos naturais extraídos da Amazônia). Esses produtos eram feitos com materiais extraídos das matas, das águas doces, salobras e salgadas, e dos campos circundantes.

Corrêa examina principalmente os componentes naturais da paisagem – espécies de animais (inclusive peixes) e de plantas, formações vegetais, relevo, litorais, correntes marinhas, lagoas, rios (alguns deles mananciais importantes para abastecimento da capital) e assim por diante. No entanto, o seu olhar recai também sobre componentes humanos ou influenciados pelos humanos – aquedutos e barragens em operação, fortificações abandonadas, estradas e trilhas, casas e prédios diversos, sítios e fazendas, animais domésticos, canoas, barcos, carroças, veículos automotores e outros meios de transporte, áreas de fabricação de carvão vegetal e tijolos, áreas de retirada de lenha, oficinas domésticas e instrumentos (como teares e ferramentas de marcenaria) de vários tipos de artesãos.

A impressão geral do autor era de que a retirada de matérias-primas das florestas, restingas e mangues estava empobrecendo o ambiente e colocando em perigo a própria reprodução do modo de vida dos sertanejos e dos recursos naturais. Um dos exemplos citados era a questão da lenha no, então, Distrito Federal, que:

não pode ficar sem solução, principalmente pela barateza desse combustível, que fornece o calor tão indispensável à vida econômica de um povo, desde a choupana mais humilde à mais importante indústria. O aumento de ano para ano da população, nas zonas urbana, suburbana e rural, e do consumo no tráfego das estradas de ferro e mesmo nas indústrias de todos os gêneros, o gasto da lenha aumenta proporcionalmente, resultando uma destruição sistemática de alqueires de matas, que ficam abandonadas, depois da derribada, à esterilização, em prejuízo das gerações vindouras e com grande depreciação do solo; precisamos, pois, cuidar do replantio das árvores de corte. (Corrêa, 1936, p. 69)

A lógica da imprevidência não era recente e eram necessárias providências urgentes, pois:

A flora carioca foi desde os tempos coloniais devastada pelo homem, quer para a construção, quer para a lenha e carvão, transformando a exuberante vegetação secular em depauperada capoeira. As nossas serras e planícies, pobres pelas constantes queimas, transformaram-se completamente, só recebendo pelos ventos espécimes de imigração. Assim é preciso que o governo proíba esse abuso, pois, sem a sistematização do corte e o replantio obrigatório, estaremos perdidos. (Corrêa, 1936, p. 73)

Corrêa defendia o reflorestamento com essências nativas e considerava que o eucalipto – com o qual se ensaiaram no Brasil os primeiros esforços de replantio de florestas em larga escala – secava e esterilizava a terra, devendo ser plantado apenas em alagados e nas margens das estradas de ferro (sobre a trajetória do eucalipto

no Brasil, ver Leão, 2000). Para ele, as matas sentiam falta de árvores nutridoras da fauna, razão pela qual muitas aves e animais, que encantavam os cariocas, estariam desaparecendo. A experiência de replantio da Floresta da Tijuca, realizada ainda no Império, era para Corrêa motivo de orgulho nacionalista e de júbilo de naturalista:

O patriotismo, o bom senso e o amor pela natureza tudo podem: o exemplo aí está em Manoel Gomes Archer que, não sendo botânico, nem técnico, nem especialista, mas sim um apaixonado da floresta, tornou-se o precursor da silvicultura no Brasil, na obra gigantesca que executou, cobrindo com verdadeira cúpula verdejante esse templo da natureza, sustentado por miríades de colunas de essências nacionais, como se fosse uma incomensurável sala hipostila, orgulho dos filhos desta terra, a Floresta da Tijuca. (Corrêa, 1936, p. 19)

No entanto, mesmo nas matas da Tijuca (ver Drummond, 1997), na época sob a responsabilidade da Inspetoria de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, Corrêa assinalava que a caça era praticada sem que as autoridades tomassem providências. Da Barra da Tijuca a Sernambetiba, nas matas do maciço da Pedra Branca e, principalmente, nos mananciais, onde a fauna procurava refúgio, Corrêa era testemunha da perseguição implacável a ela. Ele defendia a necessidade de uma legislação imediata, pois: “Sem código rural, florestal e leis que regulamentem a caça e a pesca no Distrito Federal, teremos, para breve, a terra carioca transformada em um deserto” (Corrêa, 1936, p. 173).

Corrêa, embora admirasse os sertanejos peri-urbanos que entrevistava e cujas atividades descrevia tão bem, não os poupava da sua parcela de responsabilidade pelas alterações ambientais denunciadas. Para ele, na maior parte das vezes, era a própria população residente que a devastava, apesar de necessitar da terra e dos seus recursos, sem ter consciência do prejuízo que causava: “Estes pobres trabalhadores não calculam o mal que fazem a eles e aos seus descendentes. O Nordeste teve as suas matas e, por culpa de seus habitantes, é, hoje, deserto” (Corrêa, 1936, p. 125).

Ao contrário do que comumente se diz hoje em dia a respeito dos cientistas ‘protetores da natureza’ dessa geração, Corrêa mostra tanta sensibilidade em relação às chamadas ‘questões sociais’ quanto seria possível a um cientista natural de sua época. Ele relacionava a fragilidade da proteção da natureza do ‘sertão carioca’ diretamente às precárias condições de vida dos seus habitantes. Fazia isso de uma maneira certamente menos empática que a maioria dos defensores atuais das supostas ‘virtudes ambientalistas’ das chamadas ‘populações tradicionais’, mas era muito mais percutiente, pois enxergava as nuances.

Corrêa não idealizava a vida dura dos sertanejos cariocas, nem exagerava as suas virtudes ‘ambientalistas’. Para ele, a população pobre que habitava o ‘sertão carioca’ estava quase completamente carente de assistência; faltavam-lhe saneamento, escolas e assistência médica. O fruto do seu trabalho era mal remunerado pelo próprio Estado, ou acabava por gerar lucros nas mãos de intermediários, açambarcadores e rendeiros. Corrêa acreditava até na possibilidade de que os próprios sertanejos, na medida em que as autoridades lhes proporcionassem a necessária assistência e elaborassem as leis adequadas, se transformassem nos principais protetores do seu ambiente. Corrêa defendia, por exemplo, em relação à Lagoa de Marapendi, situada entre as restingas de Jacarepaguá e Itapeba, que ela fosse:

entregue à proteção da Confederação dos Pescadores do Brasil, para serem conservadas e aumentadas as espécies de nossa fauna, como reserva biológica lacustre, pois os dirigentes dessa instituição são verdadeiros patriotas pelo auxílio moral e material que dispensam a essa justa causa da Proteção à Natureza. (Corrêa, 1936, p. 153)

Muitos pensam que essa idéia de conservar a natureza com a participação das populações residentes é uma inovação radical dos cientistas sociais e dos ambientalistas brasileiros dos anos recentes.

Nesse caso, Corrêa propunha uma associação instituída e organizada, ciente de seus próprios interesses e dos interesses que seriam os da “pátria como um todo”. Ele acreditava, portanto, que embora as populações sertanejas tivessem a uma existência mais autônoma e em harmonia com o ambiente, era necessário lhes proporcionar, por meio da educação, uma formação moral e patriótica, além de conhecimentos técnicos. A assistência médica e sanitária deveria lhes garantir os confortos da vida moderna. Em suas andanças pelos locais mais ermos do ‘sertão carioca’, freqüentemente rejubilava-se com os seus habitantes e com a paisagem na qual viviam e da qual tiravam o seu sustento:

Em cada sítio novo aparece uma observação interessante, quer da fauna, flora ou costumes de seus habitantes; é um renovar constante de emoções próprias para aqueles que procuram coisas novas e inéditas. Essa região, quer pela quantidade de árvores frutíferas, quer pelo afastamento do centro populoso e dificuldade de condução, torna-se isolada e, portanto, ambientada para um verdadeiro viveiro da nossa fauna. (Corrêa, 1936, p. 160)

Corrêa defendia a necessidade de uma regulamentação eficaz que garantisse a sobrevivência, no Brasil, do que considerava uma natureza inigualável. Assim, em relação à questão do controle sobre

a caça, apresentava recomendações que levavam em conta os usos humanos da fauna, da flora e das águas das florestas, recomendações essas que não divergem radicalmente dos preceitos da recente Lei dos Crimes Ambientais:

- a) a caça deverá ser regulamentada, tendo por fim defender a nossa fauna;
- b) as licenças deverão ser dadas aos naturalistas oficiais e aos amadores, somente válidas por um ano;
- c) não deve ser permitida a caça nas matas dos nossos mananciais nem em nossas reservas biológicas e florestais, para refúgio e nidificação de nossa fauna;
- d) deverá ser proibida a caça de animais ou aves tidas como úteis, destruidora dos insetos e répteis nocivos, como por exemplo, o tamanduá e o tatu, os saneadores de nossas terras, o primeiro como perseguidor da formiga e o segundo do cupim;
- e) deverá ser expressamente proibido matar as fêmeas acompanhadas de seus filhos, assim como os animais que ainda não tenham chegado ao pleno desenvolvimento;
- f) a caça só deverá ser permitida nos meses de março a agosto, com severas penalidades aos infratores;
- g) deverão ser criadas reservas naturais integrais, constituídas em domínios nacionais intangíveis, de acordo com o "Office International pour la Protection de la Nature", em suas legislações, pois o Brasil é um de seus signatários.

(Corrêa, 1936, p. 174)

Estávamos, segundo Corrêa, defasados, no que diz respeito à proteção da natureza, até mesmo em relação aos países africanos, considerados sempre em sentido pejorativo, pois em lugares como o Camerum (atual Camarões) já havia, segundo ele, leis e parques nacionais estabelecidos com o propósito de:

assegurar a conservação das espécies animais e vegetais, as particularidades geológicas, mineralógicas ou geográficas, conjunto que constitui o aspecto local do país, criados talvez para o interesse da ciência e para evitar o desaparecimento das riquezas naturais em detrimento dos interesses econômicos futuros. (Corrêa, 1936, p. 174)

Desse modo, devíamos criar os nossos parques nacionais, com o objetivo de proteger uma natureza que, além de preencher as nossas necessidades econômicas, era fonte de conhecimento científico, apreciação estética e de identidade nacional. Anos antes das primeiras leis conservacionistas e da criação dos primeiros parques nacionais brasileiros, ele defendia parques a serem estabelecidos como verdadeiros santuários, onde:

Toda a caça ou pesca, todas as explorações florestais, agrícolas ou mineiras, as escavações ou pesquisas, sondagens, desmontes ou construções, os trabalhos tendentes a modificar o aspecto do terreno ou da vegetação, todo ato de natureza a trazer perturbações à fauna, toda introdução de espécies zoológicas ou botânicas, quer sejam indígenas ou importadas, selvagens ou não, serão estritamente interditas sobre toda a extensão dos parques nacionais assim constituídos. E será proibido, sem autorização do administrador, penetrar, circular ou acampar nessas reservas, como introduzir armas de fogo, armadilhas e cães. (Corrêa, 1936, p. 174)

Assim, Correa, ao mesmo tempo em que enxergava nas populações 'sertanejas' cidadãos capazes de resguardar com a sua presença e as suas atividades o patrimônio natural da nação, previa, anos antes da criação do primeiro parque nacional brasileiro, a necessidade de haver áreas a serem submetidas a formas mais severas de proteção. No seu ideal de paisagem conservada, portanto, estavam contempladas duas grandes dimensões – que mais tarde ganharam os nomes de "usos diretos" e "usos indiretos" dos recursos naturais, ou, ainda mais modernamente, de áreas de "uso sustentável" e outras de "proteção integral".

Tendo em vista o atraso do Brasil na criação de reservas estritamente protegidas, Corrêa fazia um apelo eloquente às autoridades:

Assim, senhores do poder, criai as nossas reservas ou parques nacionais, aproveitai as matas dos nossos mananciais, transformais a lagoa de Marapendi em reserva biológica da nossa fauna lacustre, como um viveiro permanente para a conservação das espécies, e assim teremos começado a verdadeira defesa da natureza. (Corrêa, 1936, p. 175)

A proteção à natureza no âmbito de um projeto nacional

A proteção à natureza por meio da criação de áreas de reserva, no entanto, deveria se inserir em um projeto mais amplo de brasiliidade, que teria na relação entre o homem e a terra a sua principal base de sustentação. As palavras de Corrêa a seguir transcritas atestam a vinculação de seu ideal sobre a natureza com o ideal, tão em voga na sua época, de construção da nacionalidade:

A riqueza de um povo, principalmente o nosso, em formação, está na vida originária das pequenas lavouras e indústrias, que formam a parte econômica e básica dele; um país, sem meios próprios de subsistência e sem meios de obter os utensílios de seu uso doméstico, não vive, vegeta, são ensinamentos elementares da geografia humana... As grandes indústrias, as valorizações, os empréstimos e os colonos são balões de oxigênio, que não resol-

vem o problema de uma nacionalidade, como a nossa, que precisa viver por si e para si. (Corrêa, 1936, p. 236-7)

Para Corrêa, a sociedade brasileira deveria se desenvolver a partir de um projeto político original, que levasse em conta as particularidades do meio natural e valorizasse a população nacional, especialmente os sertanejos, que viviam em contato mais direto com a natureza, “fonte de toda a riqueza e beleza de um povo”. No entanto, mesmo no Rio de Janeiro, capital federal, os habitantes dos sertões estavam “abandonados completamente pelos poderes públicos, sem código rural, sem assistência médica eficiente, sem instrução adequada, vivem esquecidos nessa vasta região do Distrito Federal, como se não fossem brasileiros” (Corrêa, 1936, p. 236).

Vale acrescentar que a análise que Corrêa fazia da sociedade brasileira era fortemente influenciada pelo pensamento de Alberto Torres (1865-1917), notório propugnador de um ‘projeto nacional’ integrador e autoritário. Para ilustrar as suas opiniões, Corrêa citava trechos de um texto de Torres, *As fontes da vida no Brasil*, entre os quais podemos destacar o seguinte:

Os brasileiros são todos estrangeiros na sua terra, que não aprenderam a explorar sem destruir, e que têm devastado com um descuido de que as afirmações dos meus trabalhos dão ainda um pálido reflexo. Os que habitam as cidades fazem-se, por sua vez, ainda mais estrangeiros, exibindo uma fictícia civilização de luxos mentais e de luxos materiais, inteiramente alheios à vida nacional; e os que nos dirigem e nos governam, estranhos à realidade da nossa existência, agitam e mantêm essa efervescência de interesses e paixões que formam toda a superfície da nossa vida pública, com o fervilhar de atos, e, principalmente, com a brilhante ebullição intelectual, que lhe é própria – opositos, e até hostis aos sentimentos, aos interesses e aos direitos da Nação, e de que a atitude crítica e condenatória, comum a quase todos os nossos intelectuais, é o expressivo e deplorável modelo... Deste estado de desencontro, de ignorância e de conflito, entre a terra e os seus habitantes, entre as raças e o meio cósmico, e entre as raças, o meio, as instituições, os costumes e as idéias, resultam os traços que formam o relevo convulsionado da nossa estrutura nacional. (Torres, citado por Corrêa, 1936, p. 237)

Corrêa defendia o estabelecimento de um vínculo mais direto do homem brasileiro com a terra e a adoção de um estilo de vida frugal. Embora não dispensasse a disseminação ampla dos confortos trazidos pela modernidade, principalmente aqueles que garantiam conquistas nas áreas da saúde, do saneamento, da educação e da tecnologia aplicada, considerava desnecessários os luxos característicos de uma sensibilidade por demais afetada pela vida urbana. Ele propunha um modelo de sociedade em que fossem reduzidos os

desequilíbrios entre a cidade e o campo e no qual a percepção estética da natureza e a utilização dos recursos econômicos por ela proporcionados configurassem um desenho harmônico. Fica evidente a idéia de uma totalidade orgânica, unindo homem e natureza, produto, de um lado, de uma perspectiva romântica, e, de outro, da moderna ciência da ecologia.

Em *O sertão carioca* aparecem também as mencionadas preocupações de Corrêa com a relação entre a proteção da natureza e um projeto nacionalista, cujo objetivo era a reorganização da sociedade brasileira. A respeito desse projeto, Corrêa citava Alberto Sampaio, seu colega do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que ele considerava a maior autoridade nos assuntos ligados à conservação da natureza. O trecho, extraído de uma conferência pronunciada por Corrêa na Sociedade Nacional de Agricultura, é representativo das estratégias elaboradas com o propósito de conquistar adeptos para a causa da proteção à natureza:

O lema – rumo aos campos – tem sua efetividade dependente desse sistema que, encarando por outro lado o turismo, que se pronuncia cada vez mais intenso no Brasil, não se poderá limitar à essência quantitativa e qualitativa do povoamento, a ser baseado desde logo no trabalhador nacional, mas abranger todos os fatores úteis, quais sejam, dentre outros, a tranqüilidade, o conforto possível, e a alegria da vida rural, as belezas da natureza protegida pelo homem e os lenitivos da cinematografia e da radiotelefonia à monotonia da vida rural etc. Enfim, toda série de fatores que determinam o apego ao solo e à vida agropecuária ou de outras indústrias extrativas rurais. Na África, na Ásia e em todas as regiões assoladas pelas endemias, o habitat rural tem como preocupação preliminar o saneamento; onde impere o banditismo e desrespeito à vida e à propriedade, faz-se mister polícia e assistência judiciária enérgica; onde domine o empirismo retrógrado, faz-se mister assistência agronômica e zootécnica, todas essas interferências governamentais, devendo ser permanentes e progressivas, como elemento de um sistema demogênico e educativo adequado, a ser mantido sem desfalecimento; o senso estético exterioriza-se por fim como conse-quência. (Sampaio, citado por Corrêa, 1936, p. 238)

O sertão carioca encerra-se com uma conlamação ao “esforço abnegado dos verdadeiros patriotas”, que desejam um “Brasil grande e forte”, com “leis brasileiras para os brasileiros”, elaboradas mediante estudos “nossos” e à “nossa feição”. Propõe colocar em prática um complexo programa de reformas que priorizasse:

- 1) Saneamento rural:
 - a) Profilaxia de infecções e infestações;
 - b) Profilaxia da inanição e moléstias de carência;

- c) Combate ao alcoolismo;
 - d) Eugenia.
- 2) Educação rural: ensino obrigatório, de acordo com o meio;
 - 3) Polícia e assistência judiciária;
 - 4) Povoamento, tendo por base o sertanejo e como condicionantes:
 - a) Açudagem e outras obras hidráulicas no Nordeste;
 - b) Pequenas indústrias rurais;
 - c) Grandes indústrias;
 - d) *Habitat* disperso, *habitat* aglomerado e *habitat* misto, conforme as zonas;
 - e) Estradas de rodagem;
 - f) Turismo, monumentos naturais, arquitetura paisagística;
 - g) Reflorestamento, caça, pesca, reservas naturais (florestas protetoras, mananciais etc.);
 - h) Crédito agrícola;
 - i) Comércio rural especializado: bancos rurais, cooperativas, feiras, transportes etc.;
 - j) Latifúndios e suas divisões em granjas ou pequenas propriedades;
 - k) Combate ao loteamento rural, sem observância do tipo próprio e que deve comportar parques, estradas arborizadas e todas as condições de higiene e eugenia;
 - l) Desenvolvimento adequado da agricultura, da pecuária e das indústrias, sob moderno controle estatístico, preventivo de superprodução, para evitar as contingências de valorizações fictícias.
- (Corrêa, 1936, p. 238-9)

De novo, Corrêa escreve como um cientista natural (ainda que autodidata) conservacionista da década de 1930, mas profundamente preocupado com aspectos sócio-econômicos de fundo da sociedade brasileira, desmentindo os clichês contemporâneos de que homens como ele não se preocupavam com pessoas, mas apenas com animais e plantas.

Corrêa tinha, na verdade, forte simpatia pelas populações do 'sertão carioca' que ele conhecia tão bem, e em primeira mão, e cuja vida descreveu tão bem, talvez melhor do que qualquer outro. Como já destacamos, ele admitia que, além de serem alvo de políticas de assistência social, sobretudo nas áreas de saúde e educação, os sertanejos cariocas poderiam ser um elemento ativo na proteção da natureza.

Com efeito, o seu livro exerceu considerável influência sobre diversas associações da cidade do Rio de Janeiro, incluindo clubes cívicos, associações de professores e sindicatos de pescadores (Dean,

1996). O tipo de engajamento representado por Corrêa indicava a inserção da conservação da natureza em um movimento mais amplo de reforma social e de resgate de comunidades que hoje chamariam de ‘tradicionais’, um movimento que pressionava autoridades do governo federal e que em alguma medida foi ouvido por elas. Indicativo de suas relações e influência pessoal é o fato de Corrêa ter sido um dos fundadores, em 1932, da Sociedade de Amigos de Alberto Torres, da qual participaram personalidades que tiveram destacada participação política no período Vargas. Entre elas, destacam-se Sabóia Lima, Alcides Gentil, Cândido Mota Filho, Francisco José de Oliveira Viana, Juarez Távora, Ari Parreiras e Plínio Salgado (Kuntz, 2001).

É fácil ‘torcer o nariz’ hoje para o viés autoritário do reformismo nacionalista de Vargas e seus contemporâneos e, assim, diluir a importância dos apelos desses conservacionistas em prol da natureza brasileira e – sim – dos cidadãos brasileiros mais desvalidos, habitantes dos sertões ermos e dos nem tão ermos. No entanto, numa época como a atual, em que nos acostumamos a ouvir e ler freqüentes e altissonsantes afirmações sobre a importância da natureza para a identidade brasileira, para o bem-estar e para o próprio futuro dos brasileiros, o texto marcadamente descriptivo e moderadamente ‘doutrinário’ de Armando Magalhães Corrêa sobre o sertão carioca é refrescante e instrutivo. Está a merecer uma reedição crítica.

Corrêa não poderia ter sido mais empático em relação aos sertanejos cariocas, a não ser que professasse alguma linhagem de ideologia socialista, o que ele aparentemente não fez. Exigir de um cientista natural ‘despolitizado’ uma postura socialmente hiper-sensível – tão generalizada entre os ambientalistas ‘sociais’ da atualidade – é um anacronismo que beira o ‘patrulhamento’ ideológico, uma atitude que impede uma avaliação adequada das idéias de Corrêa, dos seus contemporâneos e dos seus seguidores.

Por último, cabe destacar que o livro de Corrêa é, sim, instigantemente ‘anacrônico’, mas por outro motivo. Ao descrever com detalhes paisagens naturais e rurais que hoje em dia estão quase de todo apagadas pela expansão urbana, e ao abordar com simpatia os tipos humanos desaparecidos desse sertão peri-urbano, Corrêa nos incita a aprender mais sobre paisagens e pessoas similares que sobrevivem em muitos outros sertões ainda existentes pelo Brasil afora.

AGRADECIMENTO

Os autores agradecem a Rogério Ribeiro de Oliveira, Dina Lerner e Regis Argüelles pelas informações repassadas e pela cessão de diversos documentos pertinentes.

Anexo Iconográfico

Ilustrações selecionadas de *O sertão carioca*, de Armando Magalhães Corrêa

Durante as suas excursões ao 'sertão carioca', Armando Magalhães Corrêa fazia anotações sobre paisagens naturais, atividades produtivas, prédios e equipamentos (açudes, pontes, barragens etc.), registrando ainda informações obtidas em entrevistas e observações sobre os habitantes. Desenvolvia essas anotações de campo para compor os textos dos diversos capítulos de *O sertão carioca*.

Corrêa recolhia também elementos para compor ilustrações relacionadas a cada capítulo. Essas ilustrações, feitas a bico de pena, registram paisagens, construções e personagens daquela periferia urbana de há muito incorporada à cidade e para sempre alterada. Na escassez ou mesmo ausência de outras formas de documentação visual de muitos recantos remotos que Corrêa visitava nos anos 1920-1930, essas ilustrações, além de suas qualidades intrínsecas, têm hoje um grande valor como registros raros de paisagens e pessoas que não mais existem nos locais por ele assiduamente percorridos.

Segue-se uma seleção das dezenas de ilustrações estampadas na edição original de *O sertão carioca*. Cada ilustração está acompanhada da legenda original, escrita pelo autor, da página e do capítulo da edição original, e de um breve comentário redigido pelos autores do presente artigo.



Capa de *O sertão carioca*
Retrata a natureza e a gente do 'sertão', personagens principais do livro.



“Passagem em caíque do continente à restinga de Jacarepaguá – Barra da Tijuca” p. 56, Capítulo 2 (item III)
O pescador, considerado por Corrêa como parceiro potencial na proteção à natureza, trabalhava também no transporte de turistas que, nos fins de semana, faziam passeios e piqueniques na restinga de Jacarepaguá. Fazia isso nas horas vagas, como forma de complementar a sua renda. Oferecia mesas e ambiente aconchegante para o lanche, à sombra de pitangueiras, pelo que cobrava uma pequena taxa.



“O balão em pleno funcionamento – Cafundá” p. 88, Capítulo 2 (item V)
Um dos maiores usuários da madeira do ‘sertão carioca’ era o carvoeiro. Ele empregava a rudimentar técnica do ‘balão’ para produzir carvão vegetal, usado como fonte de calor em inúmeras indústrias urbanas. A demanda era grande e fixa. O carvoeiro derrubava qualquer tipo de mata e aproveitava todas as espécies lenhosas, sem se preocupar com replantios ou com o desnudamento de encostas muito inclinadas.

“O tendal (tear) das esteiras – Pavuna”
p. 96, Capítulo 2
(item VI)

A indústria das esteiras era tradicionalmente uma atividade feminina e familiar. Ainda pequenas, as meninas aprendiam as técnicas com as suas mães. A matéria-prima empregada eram as fibras de tabua, juncos e tiririca, plantas características de beiras de rios e lagoas e de lugares pantanosos. O comércio ficava por conta dos homens, que transportavam a carga em lombos de burros ou em carroças.



“A natureza”
p. 106, Capítulo 2
(item VIII)

Desenho que revela a sensibilidade do autor para as paisagens naturais, reproduzindo a riqueza e diversidade da flora em harmonia com elementos da fauna – as garças. O apurado sentido estético e a precisão dos traços fizeram de Corrêa um profissional solicitado e respeitado, tanto na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro como no Museu Nacional.





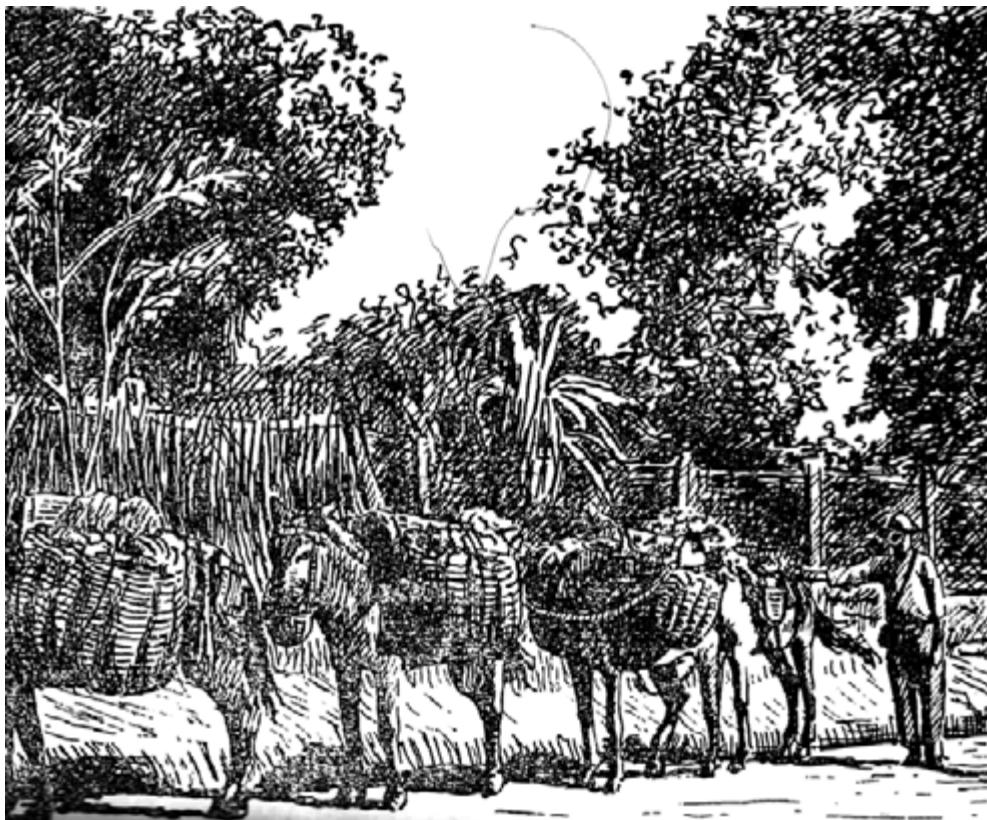
“O tamanqueiro”
p. 116, Capítulo 2
(item VIII)

O tamanqueiro usava madeiras selecionadas do ‘sertão carioca’ para fazer tamancos, calçados então muito populares nas cidades. A árvore mais usada era a ‘tamanqueira’ ou ‘caixeta’ (*Tabebuia obtusifolia*), encontrada em matas alagadas no entorno das lagoas da baixada de Jacarepaguá. Além de venderem toras brutas para fábricas urbanas, alguns tamanqueiros fabricavam calçados nas suas oficinas artesais domésticas.



“O cabeiro” p. 125, Capítulo 2 (item IX)

A indústria de cabos (para machados, picaretas, marretas, foices etc.) também ajudava a derrubar as matas primárias e secundárias do ‘sertão carioca’. O cabeiro coletava as toras brutas – de árvores e arbustos jovens – de espécies com madeira resistente e as processava em pequenas oficinas. Usava burros para transportar os cabos prontos, vendidos às dúzias em feiras suburbanas e fábricas.



“A tropa de banana” p. 144, Capítulo 2 (item XI)
O tropeiro da banana viajava durante a madrugada pelas estradas rurais para vender o produto nas feiras suburbanas e urbanas. Corrêa estudou a cadeia produtiva da banana, chamando a atenção para os perigos ligados à sua transformação em cultura de exportação, pois isso levaria ao estabelecimento da monocultura e ao desmatamento, sem trazer grandes ganhos para agricultores e tropeiros, explorados por intermediários.



“Restinga de Itapeba entre a lagoa Marapendy e Lagoinha”, p. 152, Capítulo 2 (item XII)
Em duas horas, excursionistas e naturalistas faziam, a cavalo, um circuito que ia do Pontal de Sernambetiba à Lagoa de Marapendy, passando pelo rio das Taxas, pelos campos das Flechas na Restinga de Itapeba, pela base do Morro do Rangel, até retornar ao Pontal. Corrêa fez esta excursão acompanhado de um morador da região, o norte-americano J. W. Finch, e de Paulo Roquette Pinto, Alberto José Sampaio, Brade e Bertha Lutz, embora provavelmente tenha feito o mesmo trajeto em outras ocasiões.



“Tamanduá-bandeira” p. 175, Capítulo 2 (item XIV)

O tamanduá-bandeira (*Myrmecophago tetradactyla*), edentado encontrado, à época, nos campos e capões de mata do ‘sertão carioca’. Hoje não é mais possível encontrar essa espécie na região. Corrêa demonstrava preocupação de que isso viesse a acontecer, sugerindo o controle sobre a caça e a criação de reservas naturais integrais, intangíveis.

“Ubaete – grande árvore – Estrada de Guaratiba”

p. 184, Capítulo 2 (item XV)

Os caminhos que levavam ao ‘sertão carioca’, com paisagens exuberantes – serras, rios, lagoas, igapós, restingas, o litoral e as ilhas –, as localidades a que davam acesso – sítios, fazendas, engenhos, granjas, represas, colônias de pescadores, pequenos povoados etc. –, as árvores – como jequitibá, peroba, canela e pau-brasil – e as histórias das pessoas foram os temas dos escritos de Corrêa.





“Casa da Fazenda da Independência” p. 202, Capítulo 2 (item XVII)
Este prédio é um componente histórico do ‘sertão carioca’. Era a casa da fazenda de Manuel Gomes Archer (1821–1905), executor do reflorestamento que criou a Floresta da Tijuca. Na década de 1860, Archer fazia excursões regulares a essa fazenda e recolhia mudas de espécies arbóreas nativas, usadas no replantio feito no Maciço da Tijuca. Na época das excursões de Corrêa, o local estava sob a guarda de funcionários do Ministério da Agricultura.



“O vassoureiro” p. 239, Capítulo 2 (item XXI)
O vassoureiro aparece na seção “Ambulantes urbanos e suburbanos” de *O sertão carioca*, junto com leiteiro, quitandeiro, tripeiro, vendedor de plantas, pombeiro de aves e outros. Corrêa chama o vassoureiro de um “clássico no Rio”, pois ele percorria “todos os recantos” da cidade, vendendo os seus produtos. Vassouras, escovas e espanadores tinham componentes produzidos provavelmente por outros moradores do ‘sertão’, como criadores de aves e cabeiros.

O SERTÃO CARIOCA



“Mapa do Sertão Carioca” p. 272, item XXII
Mapa do Sertão Carioca, onde aparecem as localidades visitadas por Armando Magalhães Corrêa em seus périplos.

FONTES

- Corrêa, Armando
Magalhães
1936
O sertão carioca.
Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Corrêa, Armando
Magalhães
1939
Terra carioca: fontes e chafarizes.
Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- Hoehne, Frederico
Carlos
1930a
As plantas ornamentais da Flora Brasílica, volume I.
São Paulo: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.
- Hoehne, Frederico
Carlos
1930b
Araucarilândia: observações gerais e contribuições ao estudo da flora e fitofisionomia do Brasil. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.
- Hoehne, Frederico
Carlos
1936
As plantas ornamentais da Flora Brasílica, volume II.
São Paulo: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.
- Hoehne, Frederico
Carlos
1937
Resenha histórica para a comemoração do vigésimo aniversário da Seção de Botânica e Agronomia Anexa ao Instituto Biológico de São Paulo.
São Paulo: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.
- Hoehne, Frederico
Carlos
1949
Iconografia de Orchidaceas do Brasil. São Paulo: Indústrias Gráficas F. Lanzara.
- Hoehne, Frederico
Carlos
1943-1951
Relatório Anual do Instituto de Botânica, n^{os} de 1943 a 1951.
São Paulo: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.
- Leitão, Cândido
de Mello
1935
A vida maravilhosa dos animais.
São Paulo: Cia. Ed. Nacional.
- Leitão, Cândido
de Mello
1937
A biologia no Brasil.
São Paulo: Cia. Ed. Nacional.
- Leitão, Cândido
de Mello
1940
A vida na selva.
São Paulo: Cia. Ed. Nacional.
- Leitão, Cândido
de Mello
1947
Zoogeografia do Brasil. 2. ed., revisada e ampliada.
São Paulo: Cia. Ed. Nacional.
- Roquette-Pinto,
Paulo
1934
Proteção à natureza.
In: *Revista Nacional de Educação*, n. 16-17, jan./fev.
- Sampaio, Alberto
José
1926
O problema florestal brasileiro em 1926.
In: *Archivos do Museu Nacional*, v. XXVIII.
- Sampaio, Alberto
José
1933a
Clubes de Amigos da Natureza.
In: *Revista Nacional de Educação*, n. 13-14, out./nov.
- Sampaio, Alberto
José
1933b
Proteção à Natureza no Brasil.
In: *Revista Nacional de Educação*, n. 15, dez.

- Sampaio, Alberto
1934a *Phytogeographia do Brasil.*
São Paulo: Cia. Ed. Nacional.
- Sampaio, Alberto
José
1934b A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza.
In: *Revista Nacional de Educação*, n. 18-19, mar./abr.
- Sampaio, Alberto
José (relator)
1935a Relatório Geral da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. In: *Boletim do Museu Nacional*, v. XI, n. 1, março.
- Sampaio, Alberto
José (relator)
1935b Relatório Geral da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. In: *Boletim do Museu Nacional*, v. XI, n. 2, junho.
- Sampaio, Alberto
José
1935c *Biogeographia dynamica.*
São Paulo: Cia. Ed. Nacional.
- Torres, Alberto
1982a *O problema nacional brasileiro.*
Brasília: UnB.
- Torres, Alberto
1982b *A organização nacional.*
Brasília: UnB.
- Torres, Alberto
1990 *As fontes da vida no Brasil.*
Rio de Janeiro: FGV.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acot, Pascal
1990 *História da Ecologia.*
Rio de Janeiro: Campus.
- Alphandéry, Pierre;
Bitoun, Pierre;
Dupont, Yves
1992 *O equívoco ecológico: riscos pláticos.*
São Paulo: Brasiliense.
- Cavalcanti, Carlos
(org.)
1973 *Dicionário Brasileiro de Artistas Plásticos.*
Brasília: Instituto Nacional do Livro.
- Dean, Warren
1996 *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira.*
São Paulo: Companhia da Letras.
- Drummond,
José Augusto
1997 *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro.*
Niterói: UFF.
- Drummond, José
Augusto
1998, 1999 A Legislação Ambiental Brasileira de 1934 a 1988: Comentários de um
cientista ambiental simpático ao conservacionismo. *Ambiente e Sociedade*,
II (3 e 4), 2º semestre de 1998, 1º semestre de 1999.
- Engemann, Carlos;
Silveira, Angela Rosa da;
Oliveira
Engemann, Carlos;
Silveira, Angela Rosa da;
Oliveira
2000 Rogério Ribeiro de Magalhães Corrêa, o viajante do século XX.
In: Oliveira, Rogério Ribeiro de. (org.) *As marcas do homem na floresta:*
história ambiental de um trecho urbano de Mata Atlântica.
Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio(no prelo)
- Franco, José Luiz
de Andrade
2000 Natureza no Brasil: idéias, políticas, fronteiras (1930-1992).
In: Silva, Luiz Sérgio Duarte da. (org.) *Relações Cidade-Campo: fronteiras.*
Goiânia: UFG/Agepel.

- Franco, José Luiz
de Andrade
2002
Proteção à natureza e identidade nacional: 1930-1940.
Tese de Doutorado, Departamento de História da UnB, Brasília.
- Kuntz, Rolf
2001
Alberto Torres: a organização nacional. In: Mota, Lourenço Dantas (org.)
Introdução ao Brasil: um banquete no trópico. v. 2. São Paulo: Senac.
- Leão, Regina
Machado
2000
A floresta e o homem.
São Paulo: Edusp/Ipef.
- McCormick, John
1992
Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista.
Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Medeiros, Rogério
1995
Ruschi: o agitador ecológico.
Rio de Janeiro: Record.
- Nash, Roderick
1982
Wilderness and the American Mind.
New York: Yale University Press.
- Nash, Roderick
1989
The Rights of Nature: a History of Environmental Ethics.
Wisconsin: Wisconsin University Press.
- Pádua, José
Augusto
2002
Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil Escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Sarmento, Carlos
Eduardo
1998
Pelas veredas da capital: Magalhães Corrêa e a invenção formal do sertão carioca. Rio de Janeiro: CPDOC.
Disponível em www.cpdoc.fgv.br
- Thomas, Keith
1996
O homem e o mundo natural.
São Paulo: Companhia das Letras.
- Urban, Teresa
1998
Saudade do matão: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: UFPR/Boticário/MacArthur Foundation.
- Worster, Donald
1994
Nature's Economy: A History of Ecological Ideas.
Cambridge: Cambridge University Press.

Recebido para publicação em setembro de 2004.

Aprovado para publicação em março de 2005.

